



## **15 DE MAIO: GREVE NACIONAL DA EDUCAÇÃO! RUMO À GREVE GERAL EM 14 DE JUNHO!**



Entre os dias 22 a 26 de abril, os sindicatos de professores de vários estados realizaram manifestações e assembleias que definiram a participação na Greve Nacional da Educação, no próximo dia 15 de maio, convocada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). A proposta é de mobilização contra a Reforma da Previdência, rumo à Greve Geral do dia 14 de junho, chamada pelas entidades de luta.

O objetivo do governo com a Reforma da Previdência é desviar as verbas públicas para o pagamento de juros da fraudulenta dívida pública, além da capitalização, onde os trabalhadores manterão individualmente, em bancos privados ou fundos de pensão, sua aposentadoria futura, sem garantias nenhuma e sujeitos às regras do mercado financeiro.

A proposta de Jair Bolsonaro, se aprovada,

fará as professoras trabalharem pelo menos dez anos a mais e os professores mais cinco anos para alcançar a idade mínima de 60 anos para requerer a aposentadoria. As mulheres, 80% da categoria, seriam as mais penalizadas. Além de terem de trabalhar mais uma década para atingir a idade mínima, elas ainda terão de contribuir obrigatoriamente cinco anos a mais para garantir o acesso a 80% do benefício previdenciário. Isso porquanto, para ter direito ao valor integral, a contribuição mínima passará dos atuais 25 anos para 40 anos, totalizando 15 anos a mais de contribuição.

### **MEC avança nas políticas neoliberais de cortes de investimentos na Educação**

A Educação foi a área mais afetada pelo corte de recursos anunciados para 2019. O Decreto publicado no dia 29 de março, no Diário Oficial da União, informou que os recursos foram reduzidos em R\$ 5,839 bilhões para este ano. Para a sustentação da educação pública, gratuita e de qualidade, o corte representa um ataque frontal.

O Decreto nº 9.725/2019 do Governo Federal extinguiu cargos em comissão e funções de confiança e limitou a ocupação, a concessão ou a utilização de gratificações nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Trata-se de uma intervenção do Ministério da Economia, uma forte agressão à autonomia universitária, que coloca em risco

# ALERTA EDUCAÇÃO

---

a manutenção das estruturas organizacionais das unidades e subunidades das IFES e, com isso, prejudica o andamento das atividades.

Além destes ataques, Bolsonaro decretou, pelo Twitter, o fim dos investimentos federais nas faculdades de Filosofia e Sociologia (Humanas), alegando que, supostamente, o MEC quer focar investimentos em áreas que gerem retorno imediato ao contribuinte, a exemplo da veterinária, engenharia e medicina. O ministro da Educação, Abraham Weintraub, anunciou o corte de recursos de 30% do orçamento a todas as universidades federais. Inúmeras universidades, além dos Institutos Federais de Ensino Básico, já soltaram notas em que colocam em dúvida a continuidade das suas atividades. Por fim, no último dia 09 de maio foi anunciado o contingenciamento às bolsas de pós-graduação “ociosas”, da qual sobrevivem milhares de estudantes de mestrado e doutorado. Essas bolsas seriam utilizadas imediatamente, após os resultados de processos de seleção para a entrada na pós-graduação.

Na Educação básica, a figura dos “vouchers”, ou seja, um valor fixo em dinheiro que é dado aos pais para que eles escolham e custeiem a escola que desejarem para seus filhos, incentivando a migração dos alunos da escola pública para a privada, tornou-se mais real quando o MEC delegou à área econômica a definição sobre os parâmetros de qualidade da Educação, retirando do Conselho Nacional de Educação (CNE) esta função.

**Somente a luta organizada da classe trabalhadora poderá defender seus direitos**

O que Weintraub vem fazendo é uma chantagem aberta para aprovar a Reforma da

Previdência. Em audiência na Comissão de Educação do Senado Federal, o ministro afirmou que se a economia “recuperar com a aprovação da Previdência, a gente descontinua. Se a gente não passar, vamos para um estágio de estresse”.

Para barrar não só os ataques à educação e se contrapor à chantagem para aprovação da Reforma da Previdência é necessário a unidade na luta, a partir da organização dos trabalhadores pela base. A cada dia aumenta a percepção de que nenhuma mobilização de uma categoria isolada terá força de resistir aos ataques sofridos. É preciso construir a unidade de todos os setores da esquerda e de todas as categorias.

As Centrais Sindicais definiram o dia 14 de junho como data de paralisação nacional contra as reformas do governo Bolsonaro. É preciso pressionar para que o chamado para esta Greve Geral mobilize a classe trabalhadora em defesa dos seus direitos sociais.

- **15 de maio: Paralisação da Educação!**
- **14 de junho: Greve Geral!**
- **Contra os cortes na educação!**
- **Em defesa da autonomia universitária!**
- **Contra a militarização das escolas!**
- **Pela imediata revogação da Reforma do Ensino Médio, da militarização das escolas e da Ec95!**
- **Não ao projeto Escola sem Partido!**
- **Pela unidade na luta entre os estudantes e a classe trabalhadora! Greve Geral por tempo indeterminado e com ocupações para barrar os ataques!**